

## PARECER JURÍDICO

**Assunto:** Abertura de Licitação – art. 53, Lei 14.133/21

Trata-se de processo licitatório, na forma de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, pelo critério de seleção paralelo e não excludente, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de informática, de forma eventual e fracionada, a serem executados conforme demanda de acordo com as especificações e quantidades conforme demanda das Secretarias Municipais.

A contratação é pretendida pelas Secretarias Municipais.

A fase preparatória do presente processo licitatório foi instruída com termo de referência, definição das condições de execução e pagamento, orçamento estimado da futura contratação e fornecimento de bens, minutas de edital e de contrato, bem como indicação da modalidade de licitação e critério de julgamento das propostas de preços.

Vieram os autos para exame e parecer, nos termos do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

É o relatório.

De início, é importante entendermos o conceito de credenciamento com base na Lei 14.133/21, o qual está posto no Art. 6º, XLIII.

*XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;*

Importante consignar que a Lei 14.133/21 não considera o credenciamento como uma modalidade de licitação, mas tal hipótese como um dos procedimentos auxiliares previstos no seu Art. 78, I.

O Art. 79 da Lei 14.133/21, apresenta as possibilidades de aplicação do credenciamento, vejamos:

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:*

***I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;***

***II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;***

***III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de***

*agente por meio de processo de licitação.*

*Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:*

*I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;*

*II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;*

*III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;*

*IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;*

*V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;*

*VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.*

Nesse sentido, a administração busca realizar a contratação, como já citado, de pessoas jurídicas para prestação de serviços de informática.

Tal contratação se amoldaria de forma perfeita ao inciso I do Art. 79, tendo em vista que a contratação das empresas seria paralela e não excludente, ou seja, todas as empresas credenciadas vão ser contratadas, embora não necessariamente ao mesmo tempo, conforme o Parágrafo Único, II também do Art. 79.

É possível verificar ante ao exposto que, diferente da Lei 8.666/93, a nova legislação aplicável às contratações públicas optou por positivizar de forma definitiva a inteligência do credenciamento para a administração pública.

Por óbvio, devem ser respeitados critérios objetivos e que sempre estejam alinhados com os princípios constitucionais que regem a administração pública, em especial os do Art. 37, *caput* da Constituição Federal.

Com efeito, verifica-se que o processo licitatório sob exame tem por motivação: *A prestação desses serviços é essencial para garantir o suporte técnico adequado aos equipamentos de informática*

*de toda a prefeitura municipal. Considerando a crescente demanda por soluções tecnológicas eficientes e a necessidade de manter a infraestrutura de tecnologia da informação em pleno funcionamento. Além disso, a complexidade e a especificidade das atividades relacionadas à área de TI exigem mão de obra qualificada, não havendo no quadro de funcionários da Prefeitura um servidor especializado para prestar esses serviços, o que justifica a necessidade*

*de contratação de empresa especializada para execução sob demanda, conforme as necessidades que surgirem.”*

Tendo em vista o critério de julgamento aplicável à espécie, o prazo mínimo para apresentação dos documentos deve ser fixado pelo próprio edital.

A minuta de edital de licitação estabelece, em síntese, as condições para participação no certame, incluindo vedações, requisitos de habilitação dos licitantes, hipóteses de classificação das propostas de preços, pedidos de esclarecimentos e impugnações, sanções e recursos, acerca do que não há o que opor sob o aspecto jurídico.

A minuta de contrato, adaptada ao objeto do presente credenciamento, prevê as cláusulas necessárias para o cumprimento da obrigação, nos termos do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Por fim, registra-se a necessidade de correção do item 6 do Termo de Referência (Execução dos Serviços), por conter conteúdo estranho ao objeto desta contratação. Ao proceder a esse ajuste, recomenda-se que conste, além do que mais se julgar necessário, a reprodução da Cláusula Segunda da minuta contratual — especialmente no que tange ao prazo de atendimento — a fim de assegurar perfeita aderência entre os instrumentos convocatórios e contratuais. Acrescente-se, ainda, que o tempo de resposta previsto na minuta contratual diverge daquele estabelecido no item 2 do ETP, devendo ambos serem harmonizados.**

Realizadas as correções apontadas, o processo estará apto a ser submetido à autoridade superior para autorização, dispensada a emissão de novo parecer.

É o parecer.

Atenciosamente,

Três Passos, 20 de outubro de 2025.

DRESSLER & ASSOCIADOS ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA  
Adv. Geciana Seffrin  
OAB/RS 84.945